

Por uma epistemologia sobre a cidade em companhia das crianças

Vania Carvalho de Araújo¹

Recibido: 15 de octubre de 2021 / Aceptado: 22 de noviembre de 2021

Resumo. Este artigo propõe dialogar com alguns resultados de um estudo etnográfico que teve como unidade de análise os trajetos das crianças casa-escola-casa em um bairro popular de Vitória/ES. Por meio de observações, redes de conversações, desenhos, caminhadas pelas ruas e recursos geotecnológicos variados, apreende-se uma realidade produzida pelas crianças, forjada no interior das experiências que fazem com e na cidade e nas ruas onde moram ou transitam. Destaca-se o quanto as crianças conhecem, experenciam, estranham e desafiam uma cidade pouco desvelada na e pela escola. Ao mesmo tempo em que são vítimas de suas contradições e perversidades, aprendem, nas urdiduras da vida cotidiana, a estabelecer outros vínculos possíveis e a fazer sobressair formas de sobreviver e apreender os acontecimentos. Os bloqueios e as possibilidades de viver a infância em situações diárias tão complexas e desafiadoras; a transitoriedade de fronteiras antes percebidas e enrijecidas; o enfrentamento das tramas costumeiras da violência e das pelepas da vida; o modo como redefinem formas de habitar em um urbano atravessado por circuitos perversos da desigualdade e de injustiça; o modo como formulam expectativas, opiniões e ressignificam o lugar onde moram e estudam parecem indicar a necessidade de uma epistemologia sobre a cidade em companhia das crianças.

Palavras-chave: infância; educação infantil; crianças; contexto da educação.

[es] Por una epistemología de la ciudad en compañía de los niños

Resumen. Este artículo propone discutir algunos de los resultados de un estudio etnográfico que tuvo como unidad de análisis los trayectos de los niños durante casa-escuela-casa en un barrio popular de Vitória/ES. A través de observaciones, redes de conversación, dibujos, paseos por las calles y diversos recursos geotécnicos, se observa una realidad producida por los niños, forjada dentro de las experiencias que tienen con, en la ciudad y en las calles donde viven o transitan. Se destaca lo mucho que los niños conocen, experimentan, encuentran extraño y desafían a una ciudad poco desvelada en y por la escuela. Al mismo tiempo que son víctimas de sus contradicciones y perversidades, aprenden, en las redes de la vida cotidiana, a establecer otros vínculos posibles y a sacar a relucir formas de sobrevivir y aprehender los acontecimientos. Los obstáculos y las posibilidades de vivir la infancia en situaciones cotidianas tan complejas y desafiantes; la transitoriedad de las fronteras previamente percibidas y endurecidas; la confrontación de las tramas habituales de la violencia y de las luchas de la vida; la forma en que redefinen los modos de vivir en un espacio urbano atravesado por circuitos perversos de desigualdad e injusticia; y la forma en que formulam expectativas, opiniones y reflexionan sobre el lugar en donde viven y estudian parecen indicar la necesidad de una epistemología sobre la ciudad en compañía de los niños.

Palabras clave: infancia; educación infantil; los niños; contexto educativo.

[en] For an epistemology about the city in the company of children

Abstract. This paper proposes to dialogue with some findings of an ethnographic study that had as unit of analysis the paths of children home-school-home in a popular neighbourhood of Vitória/ES. Through observations, networks of conversations, drawings, walks through the streets and varied geo-technological resources, it is possible to understand a reality produced by children, forged within the experiences they make with and in the city and in the streets where they live or walk by. It is highlighted how much children know, experience, find it unfamiliar and challenge a city that is little unveiled in and by school. At the same time that they are victims of its contradictions and perversities, they learn, in the weave of daily life, to establish other possible links and to reveal ways of surviving and understanding events. The restrictions and possibilities of living childhood in such complex and challenging daily situations; the transience of borders previously perceived and hardened; the confrontation of the usual stories of violence and of struggles of life; how they redefine ways of living in

¹ Doutora em Educação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação a Universidade Federal do Espírito Santo – UFES. Coordenadora do Grupo de Pesquisa “Infância, Educação, Sociedade e Cultura – IESC (Diretório Cnpq).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7678-1689>
E-mail: vcaraujofes@gmail.com

an urban place crossed by perverse circuits of inequality and injustice; and how they formulate expectations, opinions and reframe the place where they live and study seem to indicate the need for an epistemology about the city in the company of children.

Keywords: childhood; early childhood education; children; educational context.

Sumário. 1. Para além do urbanismo que nos atravessa. 2. Uma etnografia com as crianças em contexto. 3. Contexto da Ilha das Caieiras. 4. O retorno das férias. 5. Acompanhando a turma pela Ilha das Caieiras. 6. Por uma epistemologia da cidade em companhia das crianças: à guisa de conclusão. 7. Referências bibliográficas.

Como citar: Araujo, V. C. (2021). Por uma epistemologia sobre a cidade em companhia das crianças. *Sociedad e Infancias*, 5(2), 43-58.

1. Para além do urbanismo que nos atravessa

A discussão sobre a cidade, ao tomar como referência o planejamento urbano, por vezes deixa escapar outros modos de sociabilidades que dão feitura ao urbano com as múltiplas expressões do humano. Na cidade, existem bifurcações, acontecimentos e experiências que requer um olhar atento para acolher aquilo que a *performance* científica oculta, principalmente se considerarmos o quanto o ordenamento urbano urdido historicamente na sociedade brasileira toma a cidade para evocar um tipo de padrão comportamental civilizado, disciplinado e higienizado, colocando a descoberto outro jogo de referências sociais, culturais e econômicas às custas de um projeto distante dos parâmetros de direito e de cidadania para as classes populares. Tais questões, colocadas sob a lente da periferia, do racismo estrutural e dos territórios de pobreza e exclusão, tornam-se mais evidentes uma experiência urbana determinada pelo lugar onde moram.

A ideia de que os melhores espaços não são para os negros está profundamente arraigada na sociedade brasileira, que, às vezes, eles próprios não percebem que a sua mobilidade rumo à periferia esteja relacionada às forças mobilizadoras de uma sociedade hegemônica que discrimina social e racionalmente (Silva, 2006: 51).

A noção moderna de cidade toma o planejamento urbano como uma questão central de problematização. Se isso traduz não apenas a travessia de um tempo que deixa para trás tudo aquilo que na cidade remete às formas atrasadas, incivilizadas e desordenadas de ser, traduz também uma busca insaciável de consolidar um projeto de modernidade ancorado em um urbano aberto a novas práticas de produção e consumo, a novos arranjos sociais que delimitam o lugar que cada um deve ocupar na hierarquia social. Sem falar dos novos significados que definem a cidade “[...] numa operação que tem como um dos esteios a transformação da cidade em sujeito/ator econômico [...] num sujeito/ator cuja natureza mercantil e empresarial instaura o poder de uma nova lógica (Vainer, 2007: 89).

Ao discorrer sobre o olhar científico/disciplinar sobre a cidade que foi se aprofundando, sobretudo com os reformadores sociais do século XIX, Ribeiro (1994), em uma instigante síntese, destaca um urbanismo com referências aos discursos médicos, da biologia e da nascente sociologia funcionalista. A cidade como organismo ganha força, cuja “[...] ‘ciência da cidade’ tem como compromisso instaurar uma nova ordem espacial que deverá desembocar numa nova ordem produtiva, garantidora do progresso social, e numa nova ordem política, garantidora do progresso democrático” (Ribeiro, 1994: 113). Assim, a cidade, sob o olhar predominante dos reformadores urbanos e do planejamento urbano, sobrepõe-se aos modos de ser e viver dos indivíduos que nela habitam, desterritorializa tudo aquilo que se torna avesso ao progresso e à disciplinarização dos corpos.

O historiador Nicolau Sevcenko (1994: 67), ao retomar um dos poemas de Guillaume Apollinaire de 1913 (ano de fundação da lírica moderna) cujo título é *Álcools*, ao se referir sobre os efeitos da engenharia urbana na produção da “cidade tentacular” com suas avenidas, pontes, viadutos, vias expressas, fazendo aumentar, cada vez mais, a funcionalidade da cidade e seus fluxos de circulação, metamorfoseando-se com novas engrenagens contínuas e mecânicas, retoma o que descreve o poeta nesta cidade tentacular.

O poeta se põe então a andar, sendo atingido por uma saraivada de informações fragmentárias, como ondas contínuas de choques desorientadores. [...]. O poeta-cidadão atravessou a cidade e não foi nem chegou a lugar algum. Ele permaneceu na zona, permaneceu zona. O curso do tempo não trouxe avanço ou alteração, apenas reiteração dos fluxos cadenciados, somente reprodução das mesmas rotinas mecânicas.

São bem conhecidos os desdobramentos que tais discursos e práticas tiveram no planejamento urbano e nas representações modernas sobre a cidade. Se tal constatação ainda traz suas evidências na contemporaneidade, como pensar a cidade como um atributo da vida em sociedade, enfrentando sua face mais visível como uma metrópole impessoal e fria? Se a projeção da cidade civilizada e moralmente ordenada, em seus diferentes tempos, também teve e continua a ter como um de seus referentes práticas de segregações e discriminações, principalmente das camadas populares, po-

demos afirmar que nos rastros dessa “cidade tentacular” como símbolo de civilidade, a linha divisória entre brancos e negros, centro e periferia, pobres e ricos, imigrantes e nacionais, adultos e crianças nunca deixou de traduzir arranjos espaciais e sociais excludentes e controversos. Tudo isso nos leva a afirmar que continuamos envoltos a labirintos que negam a extensão do direito à cidade, aprofundando a negação do humano em sua pluralidade e diferença, pois nelas (nas cidades), somos capturados por forças que obliteram suas possibilidades como coabitação cidadã e expressão da arte do (com) viver (Sennett, 2014).

Aqui podemos destacar as contradições e o lado perverso de cidades que atravessam os diferentes países com a insurgência de novos apátridas- categoria tão retratada por Hannah Arendt (2012) em seu livro *Origens do Totalitarismo*, como aqueles considerados uma anomalia não-prevista na lei geral, os supérfluos para o mundo – que hoje podemos identifica-los (por que não!?) nas condições dos refugiados, imigrantes, populações em situação de rua, desempregados, sem-teto, sem-terra, negros, pobres, etc. Nesta categoria também as crianças estão fortemente inscricas, pois suas experiências não estão deslocadas dos constrangimentos da sociedade. Da cidade moderna com suas modulações racionalizantes, chegamos à cidade do capitalismo contemporâneo onde, parafraseando Mattos (2009: 66), “[...] não produz alegorias, mas fantasmagorias – fantasmas-agorá -; fantasmas ocupam a ágora, a política confunde-se com a economia, nada mais escapando às determinações do mercado”.

Se tais acontecimentos ofuscam outros modos de compreender a cidade, como interpretá-la sem deixar de revelar as desigualdades e os processos de exclusão presentes na cultura da urbanidade e nos planos arquitetônicos? Precisamos penetrar nas artérias urbanas e delas extrair os contraditos, fazendo jorrar lampejos de possibilidades nem sempre visíveis aos nossos olhos cansados de ver o acostumado. Parece-nos oportuno retomar a pergunta de Novaes (1988: 09): “Por que o olhar ignora e é ignorado na experiência ambígua de imagens que não cessam de convidá-lo a ver? Como o geômetra que, despojando os corpos das qualidades sensíveis, tenta apagar as ‘imperfeições’ do mundo real, a visão científica domina as coisas à distância [...]”.

Inspirado em Certeau, principalmente no que diz da invisibilidade dos praticantes ordinários da cidade, Fortuna (2019), em seu artigo “Urbanidades invisíveis”, trata do lado epistemológico de uma cegueira “[...] a partir das cidades e daquilo que a formalidade dos seus planos e desenhos não capta”, a diferença entre a cidade desenhada e concebida e a cidade praticada e vivida. E aqui, chegamos a uma questão central de nossas reflexões: Se a “A infância é exposta às mesmas forças sociais que a idade adulta”, conforme destaca Corsaro (2011: 41) ao afirmar como sendo este um dos pressupostos básicos para uma perspectiva estrutural para o estudo da infância, perceber tais forças na interioridade das experiências das crianças com a cidade, com o bairro e com as ruas, constitui uma questão central em nossas reflexões, sobretudo se considerarmos que as crianças conseguem reeditar outros modos de dizer e viver a cidade, escapando dos riscos dos acontecimentos e se arriscando na criação de outras ordens valorativas e práticas cidadinas.

2. Uma etnografia com as crianças em contexto

Em pesquisa recentemente finalizada em um dos bairros populares da cidade de Vitória, capital do Estado do Espírito Santo, denominado Ilha das Caieiras,² por meio dos trajetos das crianças entre casa-escola-casa, foi possível, observar, os modos como se apropriam do território onde vivem, encenam olhares sobre a cidade, revelam a cumplicidade dos encontros e mobilizam outras formas de pensar a cidade e a escola.

O processo de investigação contou, inicialmente, com a participação de duas meninas (Estela, criança negra e Luciana, criança branca) com idades de cinco anos de uma mesma turma, moradoras do bairro onde estudam. Dentre as crianças que se encontravam matriculadas no último ano da educação infantil, - interesse primeiro de nossa investigação -, três delas eram residentes do bairro, contudo uma família não autorizou a participação de um menino na pesquisa. Os protocolos éticos de participação na pesquisa (Assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido) foram considerados com a solicitação de autorização junto à Secretaria Municipal de Educação, à direção da Instituição de Educação Infantil, às professoras, aos familiares das crianças e às próprias crianças. Fora a solicitação formal junto à Secretaria de Educação, as demais autorizações derivaram de encontros com as crianças envolvidas. No caso das duas crianças inicialmente selecionadas e a posterior participação dos colegas de turma, formas peculiares de encontros foram construídas. Todas as crianças foram consultadas a respeito de sua participação ou não na pesquisa.

Para a interpretação e a descrição dos fenômenos pesquisados, foi utilizada a observação participante das práticas cotidianas vividas pelas crianças – escola e bairro – com registros em diário de campo; rodas de conversa com as crianças; conversas informais e entrevistas às professoras participantes. Fotografias, desenhos e alguns recursos geotecnológicos (GPS, mapas digitais, mapas afetivos etc.) também foram considerados para uma melhor compreensão dos percursos feitos diariamente pelas crianças, bem como a caracterização dos seus contextos de vida por meio dos percursos que faziam da casa x escola x casa em companhia da mãe ou irmãos, pais, vizinhos ou avós. Outros deslo-

² Com o título “Cidade, Infâncias e Educação Infantil: um diálogo possível? Essa pesquisa contou com a participação de orientandos de mestrado e doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo e com a parceria do Instituto de Educação da Universidade do Minho – Portugal.

camentos, tais como, visitas pedagógicas realizadas a espaços culturais da cidade ou no próprio bairro em companhia da professora e demais colegas de turma também foram incluídos como elementos de observação e análise.

Como bem destacam Graue e Walsh (2003: 28), “Um contexto não contém apenas a criança e as suas ações; os contextos são relacionais”. Assim, embora o curso da pesquisa privilegiasse o que se podia apreender dos contextos por meio das crianças, a escolha por pesquisar as crianças em contexto, nos instigava a observar os seus próprios microcontextos e o que podemos deles extrair como uma tentativa de aproximação de suas experiências cotidianas traduzidas pelos vínculos sociais, culturais e laços afetivos que se enredavam como suporte material e simbólico em suas vidas.

Tomando de Atkinson (1990) as reflexões sobre o conceito de reflexividade metodológica, Sarmiento (2003) ressalta que todo trabalho investigativo tem implicações também no modo como o investigador interpreta os fenômenos e nas condições em que a investigação se realiza. “[...] A reflexividade metodológica é então esse momento em que se interroga o sentido do que se vê e por que se vê e se acrescenta o escopo do campo de visão a um olhar-outro, coexistente do investigador” (Sarmiento, 2003: 151). Ao brindar-nos com um belíssimo texto sobre o olhar viajante do etnólogo, Cardoso (1988: 349) ressalta a diferença entre ver e olhar. Enquanto ver representa uma “certa discrição e passividade”, “O olhar não descansa sobre a paisagem contínua de um espaço inteiramente articulado, mas se enreda nos interstícios de extensões contínuas, desconcertadas pelo estranhamento”.

Por tratar-se de um estudo etnográfico realizado por dois anos e seis meses, o interesse por um processo de pesquisa enraizado em seu contexto, atento aos pormenores dos acontecimentos e às interpretações e comportamentos dos atores sociais envolvidos, exigiu uma permanência prolongada em campo. Sobre isso, apresentou-se uma questão: como adentrar em um contexto cujas temporalidades não são lineares, mas cotidianamente produzidas/recriadas fugindo de certos enquadramentos que se estruturam no processo de pesquisa com crianças? Sendo que um dos maiores desafios também é dar “[...] uma atenção particular à morfologia social e cultural das cidades que se coloca nos antípodas das abordagens reducionistas que definem similitudes precipitadas entre cidades?” (Fortuna, 2018: 144).

O trajeto das crianças entre casa-escola-casa e o que dele se podia apreender como unidade de análise, exigiu mobilizar outros olhares e pormenores antes imperceptíveis. Os acontecimentos que se estruturavam de forma concomitante e imprevisível, nos conduziram a uma ressignificação do percurso de pesquisa em que o tempo e o modo de fazer pesquisa fossem companheiros e não algozes no e do processo de investigação. O que estava em jogo era como observar, analisar, conhecer e interpretar determinados fenômenos, cujas teias de conexões e mediações desveladas nas diferentes camadas da realidade constituíam “o evento” mais importante a nos orientar a pesquisar em companhia das crianças.

Privilegiando o percurso das crianças entre casa x escola x casa, nossa posição sobre o tempo se apresentou inicialmente sob um olhar normatizador - já que o percurso que as crianças faziam não era longo e parecia exigir uma “estratégia analítica” mais ágil por parte dos pesquisadores. Contudo, à medida que os acontecimentos foram manifestando em sua multiplicidade e atravessamentos, outros modos de lidar com o tempo e de fazer pesquisa foram evocados. Como bem destaca Graue e Walsh (2003: 43) “O perigo da teoria é poder funcionar como uma venda, limitando o que podemos ver e o modo como o vemos”.

Se a etnografia “[...] visa apreender a vida, tal como ela é quotidianamente conduzida, simbolizada e interpretada pelos atores sociais nos seus contextos de ação” (Sarmiento, 2003: 153), a imprevisibilidade dos acontecimentos e as formas surpreendentes como eles se mostram por meio das diferentes linguagens, gestos e olhares dos sujeitos, também ajudam a interpretar uma realidade composta por seus diferentes enunciados culturais, sociais, afetivos etc. E isso não exige enquadramentos, mas atenção aos eventos que se desdobram no campo. Assim, não interessava apenas a regularidade dos encontros e observação, como se sua frequência, em si mesma, garantisse a tão pretenciosa qualidade em pesquisa. Se por um lado, a criança deveria revelar-se como sujeito e não apenas objeto da pesquisa, por outro lado, a sua fala não deveria ser tomada como uma evidência em si mesma, mas “[...] como um construto social complexo que pressupõe os discursos pré-dados disponíveis na cultura [...]” (Souza e Castro, 2008: 63).

Os deslocamentos das crianças entre casa-escola-casa, no bairro ou em outros contextos da cidade, tornaram-se o pano de fundo a nos mobilizar. Tal como a cidade do andarilho ressaltada por Eckert e Rocha (2003), também as crianças se reconhecem ou estranham as ruas por onde passam, se sentem atraídas pelos objetos, sons, pessoas, acontecimentos. Do rotineiro ato de caminhar entre casa- escola-casa, por vezes manifesta como uma obrigação imposta pelos adultos, crianças conseguem desviar a representação formal da rua criando outros vínculos, ora percebida como passagem, ora como feixes de questões sempre abertas ao olhar curioso.

3. Contexto da Ilha das Caieiras³

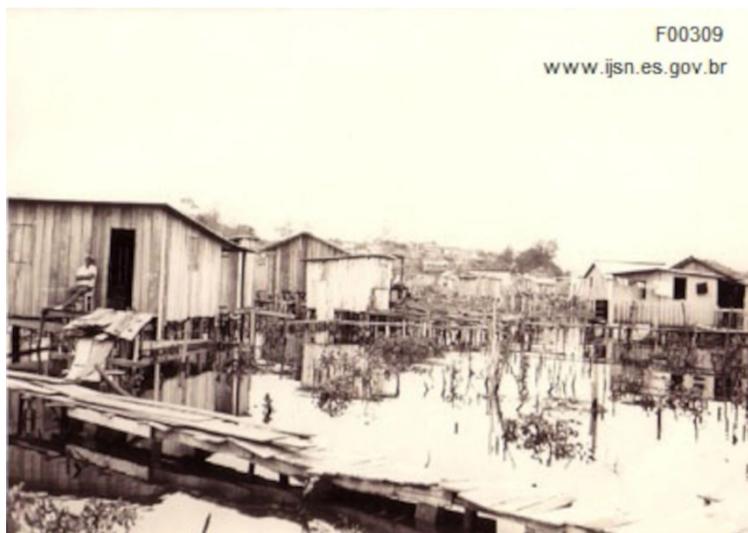


Figura 01. Casas construídas sobre o mangue - Ilha das Caieiras, Vitória-ES, Brasil (1978). Manoel Vereza. Instituto Jones dos Santos.



Figura 02. Entrando pelas ruas do bairro (2018) ©.



Figuras 03 e 04. Aspectos atuais da paisagem (2018) ©.

Com um passado marcado pela pesca artesanal, transmitido de pai para filho, novos fluxos da vida urbana e regras inescapáveis do modo capitalista de produção foram reconfigurando as sociabilidades que atravessam a Ilha das Caieiras (Corrêa e Vasconcelos, 2018). Sobre a necessidade de compreender as dinâmicas sociais que se desdobraram com o tempo sem colocá-las no plano da idealização, como uma espécie de saudosismo do passado, Telles (2010) destaca a importância de percebê-las na interioridade das experiências sociais que vão se desenhando. Este entrecruzamento de experiências, embora redefina o lugar social de cada um naquele contexto, ainda conserva as sutilezas de uma tradição traduzida em memórias que não se deixaram escapar à ação do tempo: a pesca, a fabricação de redes,

³ As imagens aqui apresentadas foram devidamente autorizadas pelos participantes da pesquisa.

as práticas de desfiar siris etc. Por meio delas é possível também apreender um tempo que não se deixou fatalizar completamente “pela ordem das urgências” (Mattos, 2009).



Figuras 05. Pescador de camarão (2018) ©.



Figura 06. Fabricação artesanal de rede para pesca (2018) ©.



Figura 07. Atividade pesqueira (2019) ©.



Figura 08. Desfiadeiras de siri (2019) ©.

A Região da Grande São Pedro, possui oito Centros Municipais de Educação Infantil públicos (CMEIs). Por concentrar o maior conjunto habitacional da cidade e constar na sua história um movimento efervescente de reivindicação por construção de creches, a força política de tal movimento, associa-se às reais demandas das famílias como um suporte importante ao trabalho feminino. Somada às demais instituições de ensino fundamental e médio, um fluxo intenso de crianças, adolescentes e jovens expõem não apenas deslocamentos espaciais, mas uma rede inextricável de relações e mediações que se sobressaem nos encontros intergeracionais e interculturais, seja pela via dos conflitos ou hostilidades travados, seja pelas possibilidades que tais encontros assumem na configuração de novas redes de amizades e afetos.

No primeiro dia de pesquisa, utilizamos o transporte público, pois era uma oportunidade de experimentar outra forma de deslocamento de nossas casas – bairro de classe média – para um bairro de classe popular ainda pouco conhecido pelos moradores da cidade de Vitória com seus emaranhados becos, ladeiras e travessas. O percurso feito de ônibus era um modo de transver o trajeto por diferentes ângulos que na condução de um automóvel, não era possível. A passagem por diferentes bairros da região denominada “Grande São Pedro”, retraduzia o modo predominante de representar aquele território como uma imagem de perigo, medo, região de “gente suspeita” em um contexto, cuja densidade populacional também se faz revelar as condições precárias de habitação e de saneamento básico como origem e consequência da histórica ausência de participação do poder público na região. Olhando por meio da janela do ônibus e por dentro dele, as referências colocadas por Telles (2010: 91) sobre as mobilidades urbanas do Brasil e as promessas não cumpridas das décadas de 70 e 80 e seus possíveis efeitos nos anos 90, parecem se reatualizar:

[...] aí se tem a convergência dos caminhos cruzados dessas figuras conhecidas na paisagem urbana, os trabalhadores pobres – as classes inacabadas, para usar a expressão de Francisco de Oliveira (1981), que vão se virando nas franjas do formal e do informal, entre a sucessão de trabalhos incertos e desemprego recorrente. E que têm percursos urbanos também marcados pela sucessão de habitações precárias, despejos de casas alugadas, moradias improvisadas, acolhimento esporádico de familiares, passando por uma sucessão de ocupações temporárias até chegar a estabelecer ‘casa e família’ nos interstícios do mundo urbano, ou nas fronteiras da periferia da cidade.

No ônibus quase vazio pelo horário, os usuários pareciam acostumados ao rotineiro movimento de ir e vir. Em meio a olhares voltados para o exterior, cumprimentos mútuos e conversas ao telefone se misturavam ao frenético transitar de carros, bicicletas, motocicletas e pedestres na rodovia. Nossa expectativa era nos dirigirmos até à parada mais próxima da Instituição de Educação Infantil, mas logo nos demos conta que o ônibus não entrava no bairro e tivemos que descer em uma parada seguinte. Fizemos todo o percurso a pé até à instituição que se localizava bem ao fundo do bairro. Essas com-vivências inesperadas foram mobilizando outros olhares com a densidade temporal própria do instante vivido da sua ocorrência (Fortuna, 2018).

A entrada do bairro dá uma sensação de proteção, pois as ruas estreitas não possibilitam alta velocidade dos veículos e motocicletas como acontece às margens da rodovia. Casas próximas umas às outras, quitandas, botequins, salões de beleza, lojinhas de artesanato e roupas, bancas de jogo do bicho, pessoas em pé conversando ao lado das casas, vendedores ambulantes. Crianças acompanhadas por outras crianças mais velhas e por adultos anunciavam o frenesi humano daquele território. Nesse mesmo território em que os “[...] fios se misturam e se entrelaçam nos agenciamentos práticos para lidar com a vida, e com as urgências da vida” (Telles, 2010: 168), outras referências de sociabilidades são desveladas, desafiando preconceitos ao expor redes de relações e mediações nem sempre percep-

tíveis a um olhar normatizador e segregador inscrito em uma definição hegemônica de cidade e do urbano, de centro e de periferia. Para Castro (2004: 23),

O fato de se nascer e de se crescer na cidade não significa necessariamente desenvolver a capacidade de lidar bem com os desafios que a cidade coloca. Torna-se necessário, portanto, fazer com que crianças e jovens possam aprender com as situações que enfrentam, saber interpretá-las, inventariar possibilidades de ação e tomar decisões de como agir diante das dificuldades.



Figura 09. Limites do bairro Ilha das Caieiras. Google Earth (2020) ©.

Ainda que novos fluxos habitacionais atravessem seu território dando uma conotação inicial de estranhamento às relações de vizinhança, há um núcleo mais coeso que sustenta a inextricável rede de relações tecidas no bairro Ilha das Caieiras desafiando a costumeira impressão de que as pessoas da rua não são dignas de confiança e a suspeição é uma estratégia de proteção. Essas sociabilidades, - inescapáveis em função da densidade populacional e não menos reveladoras de conflitos - traduzidas em amizades construídas, relações de parentescos, vizinhanças e trabalhos compartilhados, conferem à vida cotidiana que ali se desenrola, um lugar material e simbolicamente compartilhado. Como qualquer experiência urbana, a presença daquilo que se apresenta como ameaça, desconfiança e insegurança, encontra um terreno próprio de elaboração e enfrentamento. Vera Telles (2010) nos ajuda a refletir sobre a noção de território para além de sua associação às comunidades de referência. “Feitos de práticas e conexões que articulam espaços diversos e dimensões variadas da cidade, os territórios não têm fronteiras fixas e desenham diagramas muito diferenciados de relações conforme as regiões da cidade e os tempos sociais cifrados em seus espaços” (Telles, 2010: 87).

Tudo isso deixa transparecer o real da cidade e das ruas da Ilha das Caieiras nas suas múltiplas evidências, configurando-se como um caleidoscópio de interações e situações. Assim, “[...] o tecido urbano converte-se em heterotopia, com os seus múltiplos significados e também as suas múltiplas atividades, desde brincadeiras e divertimentos até o ato simples de estar parado ou às práticas de consumo e de negócios correntes” (Fortuna, 2019: 144). Se as sociabilidades construídas na Ilha são influenciadas pelos constrangimentos da vida social, seu cotidiano também escapa de certos esquemas de interpretação impregnados pela ideia de que a cidade é uma realidade autoevidente e imóvel, sobretudo em contextos populares. Esses variados registros que se mostram o tempo todo naquele bairro são muitas vezes naturalizados e invisibilizados, tornando fugidias as possibilidades de efetivação de políticas públicas a partir das inextricáveis tramas que se forjam em seu cotidiano.

As crianças, nossas companheiras de pesquisa além de não estarem imunes aos efeitos que as representações sobre o bairro provocam em suas vidas, em uma sociedade profundamente marcada por processos de exclusão em função do local de moradia, classe social, raça, gênero, idade etc., são também implicadas pelas diferentes redes de sociabilidade que ali circulam. É nesse emaranhado de acontecimentos que aprendem a se proteger perante os riscos iminentes, a silenciar e a enfrentar os constrangimentos diários da violência, a construir amizades e a redesenhar mundos sociais peculiares às culturas da infância, como observamos nos encontros e nas diferentes redes de conversação com elas tecidas.

Aqui, um acontecimento do campo de pesquisa vale relatar. Todos os dias, por volta das 6h55, a rua da instituição de educação infantil começa a ser preenchida com passos apressados de crianças e adultos. Algumas crianças surgem caminhando de mãos dadas com os adultos, carregadas no colo, nas cadeirinhas das bicicletas, nos carrinhos coloridos. Outras chegam de *vans* escolares e de carro. São muitas com o mesmo destino. Vêm com os pais, irmãos mais velhos, cuidadoras, avós... Precisam deixar seus filhos, netos, irmãs, vizinhas e correr para o trabalho. Curioso notar as distintas formas de chegar e sair do CMEI. Alguns familiares conseguem chegar minutos antes do horário previsto para a saída. Estacionam suas bicicletas e carrinhos coloridos em frente ao portão e se dirigem para a sala onde

seus filhos estão. Um encontro de alegria renovada, não obstante o fluxo do tempo a lembrar dos afazeres diários dentro ou fora de casa.



Figura 10. Movimentação de entrada e saída da escola (2018) ©.

O cachorro, companheiro inseparável da família, mantém-se, todos os dias altivo e à espreita do reencontro. As relações de afeto ali estruturadas são perceptíveis aos nossos olhos. Quando chega a criança nos braços da mãe, expressa uma rede familiar em que ele é incorporado. Não há tempo para conversas despreziosas à frente da escola. Com a mesma pressa que chegam, saem, pois suas histórias giram em torno de outros trabalhos a cumprir dentro e fora do bairro.



Figura 11. Entrada da escola (2018) ©.

O movimento intenso de pessoas de diferentes idades dura pouco. Com exceção daqueles que permanecem na instituição para o próximo turno, muitos profissionais se deslocam a pé, de carro ou ônibus para outras atividades. Há aqueles que só conseguem chegar em casa à noite quando mais um dia de dupla ou tripla jornada de trabalho finalmente se encerra. Realidade semelhante de milhares de trabalhadores e trabalhadoras da educação pública brasileira. Aos poucos, a rua vai retomando a sua calma e nos acolhe em seu silêncio. Os passarinhos dispostos na castanheira, na goiabeira e no pé de seriguela localizados ao lado cortam o vento com seus pios. Ao longe, o emaranhado de vozes das crianças e adultos não deixa diferenciar o que dizem. Em pouco tempo, novos atores entram em cena para o turno da tarde e finalmente a escola se abre novamente à rua. Iniciado o período de recesso escolar, a rua parece adormecida. De vez em quando, abriga pescadores e os passos rápidos de algumas mulheres. O porteiro busca ocupar

seu tempo e toma para si algumas funções: molha as plantas, varre as folhas secas à beira do portão, poda algumas plantas localizadas na entrada. Uma tristeza paira no ar. O que estariam fazendo as crianças?



Figura 12. Rua da escola em um dia sem aula (2018) ©.

Em um dos momentos de encontro com Estela e Luciana, perguntamos: O que vocês aprendem na escola? Estela responde: “A ler e escrever”. E na cidade, nas ruas? “Muita, muita, muita coisa!”. O que, por exemplo? E ela nos relata em seguida: “Um dia, quando eu ia de carro com o meu pai, eu perguntei pra ele por que algumas luzinhas eram coloridas e ele disse que o verde era pro carro podê passá e o vermelho pra andá. Daí eu aprendi!”.

Por que um fato aparentemente trivial assumia uma importância de aprendizado? Essa resposta de Estela nos desafia a pensar a escola a partir de práticas que não foram capazes de se articular às diferentes configurações da vida social das crianças e nem mesmo fazer uso das experiências cotidianas nos circuitos que enredam escola, cidade, rua, trajetórias individuais, coletivas e familiares. Uma criança está a nos dizer que ela aprende também na cidade, nas ruas, desafiando o imaginário social da escola como arauto *privilegiado* de aprendizagem. Enquanto ruas, becos e vielas das periferias se apresentam para o conjunto da sociedade uma espécie de fronteira na trama social por tratar-se de um lugar ameaçador, alimentado pelo código efêmero de uma violência institucionalmente fabricada, as crianças os veem como uma imagem que emoldura suas impressões e experiências. Ainda que os constrangimentos da violência e da pobreza sejam percebidos na sua indesejabilidade, outras lógicas se processam no modo como dão existência aos acontecimentos que vivem na cidade.

Ilha das Caieiras não foge à realidade de milhares de famílias brasileiras que, por não disporem de vagas suficientes para o acesso ao tempo integral na educação infantil, acabam optando por incluir seus filhos em redes de proteção forjadas na própria comunidade. Tais redes, precarizadas, localizadas em minúsculos ambientes improvisados pelas cuidadoras das crianças, constituem-se em uma alternativa a preencher os espaços onde as políticas públicas não se apresentam. Assim, outro modo de garantir a subsistência familiar e proteção às crianças é criado fora dos circuitos dos direitos previamente estabelecidos. São iniciativas e possibilidades construídas nos percursos de vida das famílias que também conferem ao bairro espaço de sociabilidade que se instituem por meio do contrato precário de serviços como salvaguarda da renda familiar e proteção aos filhos, e sem o qual não seria possível garantir uma vida menos indigna e mergulhar de novo “[...] no torpor da rotina que disfarça essas imensas pelejas” (Martins, 1996: 12).

Por ser um bairro relativamente pequeno em relação aos demais bairros da cidade de Vitória, Ilha das Caieiras parece conservar uma característica peculiar pelas suas sociabilidades. Essas sociabilidades, - inescapáveis em função da densidade populacional e não menos reveladoras de conflitos - traduzidas em amizades construídas, relações de parentescos, vizinhanças e trabalhos compartilhados, conferem à vida cotidiana que ali se desenrola, um lugar material e simbolicamente compartilhado. Como qualquer experiência urbana, a presença daquilo que se apresenta como ameaça, desconfiança e insegurança, encontra um terreno próprio de elaboração e enfrentamento. “[...] a incivilidade cotidiana opera como uma espécie de curto-circuito entre a igualdade prometida pela lei e os códigos que ordenam a experiência que os indivíduos fazem da sociedade” (Telles, 2001: 79).

Aqui vale destacar o primado do cidadão privado e os arranjos construídos no enfrentamento das ameaças e processos de exclusão que se desdobram no espaço público ressaltado por Kowarick (2000: 115).

[...] privado na acepção de não ter acesso a benefícios e de estar separado, isolado ou excluído. [...] em face da estreiteza dos canais institucionais para manutenção e conquista dos direitos sociais, em face da inexistência de proteção quanto aos direitos civis mais elementares e em consequência da incivilidade que marca as relações sociais nos espaços públicos, onde prevalece a arrogância e privilégio, muitos se refugiam na sociabilidade primária da família, amigos, parentes ou conterrâneos: estruturada em torno da casa e da vizinhança, desses pedaços reco-

nhecidos como solidários, de proteção e ajuda mútua, muitos organizam formas defensivas para enfrentar as múltiplas violências que marcam o dia-a-dia na Metrópole e elaboram projetos para usufruir de suas oportunidades.

O bairro, além de se deixar mobilizar por algumas heranças culturais legadas pelos antigos moradores, tais como, o trabalho da pesca, a produção artesanal de redes, a prática de desfiar mariscos, a comemoração da festa da mariscada, bem como, contemplar em seu território uma unidade de educação infantil, de ensino fundamental e de ensino médio, alguns equipamentos públicos tais como, unidade básica de saúde, pública, um pequeno museu do pescador e iniciativas no âmbito da assistência social e cultural, parece constituir-se um cenário importante para os moradores que se cruzam por meios dos encontros imprevistos ou previstos na escola ou em uma unidade de saúde, por exemplo, ou por meio de encontros já firmados pelas redes de parentescos e amizades já construídas.

4. O retorno das férias

Ao final das férias escolares, retornamos ao CMEI para o primeiro dia de aula. Como acontecia em outros bairros da cidade, um frenético ir e vir de carros, vans escolares, motocicletas, e ônibus bicicletas ostentavam os fluxos gerados com a volta às aulas. Tudo se mobiliza: educação, economia, trânsito, segurança, insegurança, sociabilidades. A cidade se inquieta com os dispositivos que fazem de suas ruas um emaranhado de eventos e impressões múltiplas. Esses deslocamentos diários das crianças que não moram no bairro onde estudam, não apenas expõem uma necessidade constrangedora ao enfrentar as complexas tramas que se processam em um urbano confuso e muitas vezes ameaçador, retiram delas a possibilidade de estabelecer vínculos em seus próprios bairros. Como não há instituições e nem mesmo vagas nas instituições próximas às suas residências, alternativas se colocam, fazendo-as, desde bebês, enfrentar percursos onde já não é possível delimitar fronteiras pelo adensamento habitacional e populacional. Assim, as crianças vão se constituindo nas pelejas da vida, pois destituídas de outras temporalidades urbanas possíveis, são instadas a conviver anos a fio com realidades que se configuram para além de seu bairro e território de pertença.

Para as crianças que tinham contato diário com aquele contexto, outras impressões podiam ser observadas. O que para algumas aguçavam um sentimento de medo pelo desconhecido, para as crianças que moravam próximas à escola era uma forma de estreitar vínculos desde cedo construídos. Para estas crianças, o *deck* rente à baía, as ruas e o bairro são redefinidos segundo suas experiências pessoais e coletivas. Enquanto uma criança passava de bicicleta beirando o *deck* em alta velocidade, outra parecia contemplar por minutos o que se passava na água. Por vezes sentado ou deitado, o olhar curioso daquele menino nos chamou a atenção. Estava ali, sozinho, absorto por algo que, pela distância, não foi possível decifrar.



Figura 13. Menino no *deck* (2019) ©.

A baía parecia ser o seu quintal, um espaço de permanente observação. Sua presença solitária distinguia-se de um modelo de cuidado em que a proteção das crianças se condiciona à presença constante dos adultos. Parecia conhecer seus limites e o limiar de suas atitudes frente ao perigo iminente de cair na água. Sua liberdade contradizia o que normalmente se formula em relação às ruas e ao contexto urbano, pois outros signos de pertencimento à cidade se formulavam. A essas crianças que não se rendem ao lugar social determinado e institucionalizado, outras formas de viver a infância e a cidade se instauram.

- Tia, eu moro perto do Taioba! (Caderno de Campo, 2018).

Indagadas onde moravam, muitas crianças que frequentavam a mesma instituição e sala de Estela e Luciana não souberam dizer o nome do bairro ou da rua onde moravam, assim lançavam mão de pontos de referência. Esses pontos ressaltados pelas crianças é um modo de dizer a cidade para além de sua forma usual de representação. Por não acessarem um lugar pelo nome das ruas, farmácias, igrejas, escolas, supermercados se configuravam como referências predominantes. Tal experiência não era um movimento isolado na vida das crianças, mas expressão de uma cultura entranhada na cidade de Vitória.

Ao conferir outro sentido e inteligibilidade, as ruas se circunscrevem sob outras ordens de significação ao tempo em que mobilizam novas formas de estar e de compreender o urbano. O nome das ruas perde seu sentido identitário inaugural e outras nomeações são criadas e transmitidas às novas gerações. Assim, o caráter formal de nomear as ruas é substituído pela exigência de um novo jogo de referências materiais e simbólicas. Localizar-se a contrapelo de uma cidade prevista e institucionalmente demarcada faz ressignificar as ruas pelos sentidos a elas atribuídos e não pela lógica de sua formalização.

Embora com um dos IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) mais elevados das capitais brasileiras,⁴ Vitória conta ainda com muitas habitações precárias e sem banheiros no interior das casas. Entre os efeitos das desigualdades existentes, Luciana, Estela e tantas outras crianças que frequentam a escola pública vão se “adaptando” a um imaginário igualitário que se processa ao descompasso das desigualdades sociais existentes. Nem sempre percebidas, crianças vão sendo destituídas dos reais vínculos de pertencimento social encenando outras formas de subsistir a uma realidade em que a destituição de uma vida digna não vale a pena ser lembrada.

Durante todo o ano de 2018, privilegiamos o contato com Estela, Luciana e a professora Antônia. Fora os momentos de encontros combinados, retornamos à Ilha das Caieiras em diferentes momentos para observar seu cotidiano e com ele aprender. De vários pontos do bairro fomos capturadas por impressões não previstas. Uma sociabilidade pujante continuava a se desvelar. No emaranhado de relações, pouco se constatava a presença solitária das crianças pequenas. Estão sempre acompanhadas por adultos (pais, mães ou avós) ou dos irmãos mais velhos. Brincam nos minúsculos espaços disponíveis, seja ao redor da casa ou próximo a ela. Uma pequena pracinha às margens da maré é raramente frequentada.

O adensamento habitacional não deixa entrever espaços públicos mais comuns de convivência. A rua transforma-se, por excelência, no espaço mais plural de encontro. Carros, bicicletas, motocicletas e carrinhos coloridos continuam a ocupá-la sem o olhar vigilante de algum agente de trânsito. Buzinas, cumprimentos, desvios, gritos e músicas de diferentes matizes vindas das casas e bares ostentam a sua forma de viver.

Por meio de Estela, Luciana e da professora Antônia, as relacionalidades aos poucos construídas se estendem às outras crianças da turma. Com o passeio realizado ao Planetário de Vitória, localizado na Universidade Federal do Espírito Santo -Ufes, passamos a ser menos estranhas. Os laços de amizade e acolhimento mútuos se intensificam ao longo do tempo. A turma na qual Estela e Luciana estudavam em 2018, é formada no ano seguinte basicamente pelas mesmas crianças. O interesse das demais crianças em participar da pesquisa fica mais latente, certamente motivado pelos relatos de Estela e Luciana. Em 2019, embora permanecendo no mesmo espaço físico do CMEI, frequentariam o primeiro ano do Ensino Fundamental com a professora Tania. Nosso percurso de pesquisa não podia ser indiferente ao interesse que as crianças sutilmente manifestavam, mesmo se isso não estivesse previsto em nossa proposta inicial de investigação.

5. Acompanhando a turma pela Ilha das Caieiras

Com as informações trazidas por Estela sobre o tema “*Bairro*” explorado em aula pela professora, procuramos nos inteirar dessa experiência. A relação com a Professora Tania ainda estava sendo estabelecida. Sabendo do nosso interesse em acompanhar a turma, convidou-nos a participar de uma aula que faria com as crianças pelas ruas da Ilha das Caieiras. No dia e horário combinados, comparecemos ao CMEI. Era uma manhã bem ensolarada. Em frente à escola, a professora começa a repassar algumas informações às crianças: fala sobre as ruas e seus respectivos nomes, remete-se ao assunto discutido em sala “as casas eram bem diferentes, de palafitas” e relembra as fotos com imagens antigas do bairro... “Como mudou!!!” (comenta a professora). Inicialmente, fomos em direção à antiga fábrica de cal que fica na mesma rua do CMEI onde funcionava a Associação das Desfiadeiras de Siri.

⁴ O IDHM é uma medida composta de três indicadores do desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda.



Figura 14. Conhecendo a antiga Associação das Desfiadeiras (2019) ©.



Figura 15. Caminhando pelo bairro (2019) ©.

A professora remonta a história do bairro trabalhada em sala de aula e as crianças começam a relacionar o que aprenderam fazendo comentários e dirigindo perguntas à professora. Interessante como, em meio às observações que fazem, articulam o que aprendem sobre a história da Ilha das Caieiras com outras formas de representar o contexto, demonstrando uma forma peculiar de interpretar o mundo. Embora Luciana não pertencesse naquele ano à turma da manhã, convidamos para que ela pudesse estar conosco no passeio pelo bairro. Com as relações construídas, parecia nunca ter saído da convivência dos colegas.

Ao sair dali nos deslocamos em direção ao *deck*. Até a sua chegada, o extenso percurso não parecia cansá-los. Estela e Luciana indicavam ruas, localização de suas casas e, de vez em quando, cumprimentavam algum conhecido como manifestação de amizades já construídas no bairro. Em um desses encontros se depara com uma criança, acompanhada da mãe, vindo ao seu encontro. O abraço compartilhado gera um sentimento de grande alegria entre as duas. “Eram amigas!”, segundo Estela. A rua era palco desse belo encontro entre duas crianças que há tempos não se viam. As crianças não continham a empolgação ao andar a pé. Corriam, distanciavam-se, observavam as casas, pegavam folhas do chão, conversavam entre si sobre vários assuntos e voltavam para perto da professora ao seu chamado. A vizinhança as recepcionava de seus portões, sem falar dos cachorros, cuja docilidade aparente traduzia a sintonia e familiaridade com as crianças. Assim seguíamos sob o exalar de odores típicos dos ineptos bueiros contidos ao longo do caminho.

- Nossa!... Que cheiro de podre, tia!!!
- Vou passar na minha casa, olha o Beco do Siri!
- Olha tia, Bar e Restaurante da Tânia! – relacionando-o ao nome da professora (Caderno de Campo, 2019).

Minutos depois, avistamos o *deck* onde ficam os restaurantes. Tudo era novidade para as crianças que não moravam no bairro. Embora algumas já conhecessem parte da Ilha, andar a pé e em companhia dos colegas tinha outro sabor. Enquanto seguíamos mais próximos do mangue, Luciana e Dilza param para observar a pintura feita pelo

pescador. Estava pintando o nome do seu barco. Observavam em silêncio e com o esforço de quem estava começando a ler, soletram o nome dado ao barco: “A-BEN-ÇO-A-DO!”. Sem parar o que estava fazendo, o pescador-pintor parecia orgulhar-se com o interesse das duas. Com o chamado da professora para se juntarem ao grupo, saem dali correndo e quebra-se aquele momento mágico de interação com o mundo letrado espalhado pelas ruas. À beira do mangue, a professora explica algumas das características da baía, sua utilização por parte dos pescadores, os efeitos da maré com o encontro entre as águas do rio e do mar, a necessidade de sua preservação em meio à ameaça da poluição... As crianças interagem bem, tecem comentários e cedem a outras curiosidades.

– Olha o barulho da água, parece que canta na batida com o barco, comentou uma delas (Caderno de Campo, 2019)

Brincam jogando pedrinhas na água. Um senhor banha seu cachorro sob os olhares curiosos das crianças:

– Tia, um dia eu tomei banho aí.

– Olha!!... É uma tartaruga!...

– O manguezal é o berçário do mar!

– Não gente, é um toquinho! (Caderno de Campo, 2019)



Figuras 16 e 17. Caminhando pelo bairro (2019) ©.

Seguindo o calçadão, se deparam com um parquinho instalado ao lado de uma academia popular de ginástica. Em coro, perguntam à professora: “- A gente pode ir pro parquinho?”. Talvez por conta do horário e do sol escaldante, não havia ninguém por ali, apenas os olhares dos moradores que as avistavam das janelas. Enquanto brincam, aparecem dezenas de garis para pintar as beiradas das calçadas e limpam as ruas. Um acontecimento raro de se ver na Ilha, uma vez que o bairro não recebe atenção frequente por parte do poder público quanto à limpeza, o que faz acumular

vários pontos de esgoto a céu aberto e lixo espalhado pelas ruas. Contudo, naquele dia estavam limpando parte do bairro cuja motivação era o Festival da Mariscada que aconteceria no final de semana.

O que poderia tratar-se de uma cena comum, a especial atenção sobre o bairro em função da Festa da Mariscada nos fez problematizar o quanto os serviços públicos, longe de representarem uma noção de equivalência de acesso a determinados direitos, expõe hierarquias que se processam em uma sociedade fraturada entre direitos e não-direitos. A regularidade e a qualidade dos serviços de limpeza e coleta de lixo é também um traço de uma questão social não resolvida, sobretudo com a reatualização dos antagonismos entre centro e periferia ainda tão presentes na sociedade brasileira. Por meio da Festa da Mariscada, outra visibilidade pública é legada ao bairro, pois sem ela, a costumeira ausência e a seletividade de tais serviços continuam a demarcar o lugar que os bairros populares têm ocupado na escala de acesso às políticas públicas. É a cidade convivendo com seus dramas sem aquelas mediações do Estado que possibilitam assegurar uma vida mais digna a todos e “[...] garantir as reciprocidades que a noção de igualdade supõe” (Telles, 2001: 78).

Para as crianças que tinham contato diário com aquele contexto, outras impressões podiam ser observadas. O que para algumas aguçavam um sentimento de medo pelo desconhecido, para as crianças que moravam no bairro era uma forma de estreitar vínculos desde cedo construídos.

Malgrado os contextos sociais e culturais em suas múltiplas evidências por vezes bastante excludente e ameaçador, as crianças conseguem escapar de suas formas previstas e estabelecer outros sentidos. Expõem o real em suas vidas por meio dos constrangimentos da cidade, do bairro e das ruas onde moram: violência, briga, parque sujo, tiroteio na praça. Elas convivem e são testemunhas de muitos acontecimentos que atravessam o cotidiano conflituoso da cidade, seja pela janela de casa ou nas ruas onde moram e passam, seja pelo que observam dos intermitentes deslocamentos entre casa-escola-casa. Todavia, são capazes de interpelar outras realidades que vivem ou gostariam de viver ao apontar o que gostam no lugar onde moram: balançar, hospital, loja de brinquedos, casas, a própria boneca, parquinho, brincar na rua. Pelo desenho, as crianças demonstram um feixe de relações e diferentes modos de inteligibilidade sobre a cidade e o bairro onde moram, fazendo-nos conhecer melhor a cartografia social e afetiva de suas vidas e aquela que se processa nos termos de uma cidade mais feliz e digna para se viver. O bairro imaginado transmuta-se à cidade imaginada, e aqui “[...] tudo o que pode ser imaginado pode ser sonhado, mas mesmo o mais inesperado dos sonhos é um quebra-cabeça que esconde um desejo, ou então o seu oposto, um medo” (Calvino, 1990: 44).

6. Por uma epistemologia da cidade em companhia das crianças: à guisa de conclusão

Se é possível tecer algumas considerações finais em uma experiência que atravessa o tempo de forma por vezes tão rotineiras e complexas, optamos por colocar em evidência o quanto as crianças nos ensinam sobre a cidade. Os constrangimentos por elas vividos diariamente, os encontros e desencontros de um contexto ora conhecido e desconhecido, leva-nos a problematizar que o deslocamento entre casa-escola-casa nem sempre “[...] transforma o tempo numa cadência de repetição” (Sevcenko, 1994: 67), mas um modo de fazer-se nele e ao mesmo refutar suas arbitrariedades. Portanto, aqui trata-se de ressaltar o quanto as crianças conhecem, experenciam, estranham e desafiam uma cidade pouco desvelada na e pela escola. Ao mesmo tempo em que são vítimas de suas contradições e perversidades, aprendem, nas urdiduras da vida cotidiana, a estabelecer outros vínculos possíveis e fazer sobressair formas de sobreviver e apreender os acontecimentos.

O ir e vir é mais do que um deslocamento desprezioso. Ele se entranha como uma realidade tangível, mesmo que disparatada de uma vida digna de se viver. Isso não apenas significa transcender um idealismo urbano em meio às precárias condições de vida, mas deixar-se capturar pelas sociabilidades tecidas no seu interior muitas vezes invisibilizadas. As crianças têm uma experiência própria de dizer a cidade que não estão nos manuais pedagógicos e nos planejamentos urbanos. Se elas aprendem a ter uma atitude *blasé*, sendo indiferente a alguns acontecimentos, sobretudo em situações que presenciam discriminações, cenas de violência e exclusões, aprendem também a transpor tais muralhas, aprendendo a se proteger, a relacionar-se com as adversidades da vida, criando e recriando outras possibilidades do viver.

O que identificamos no percurso da pesquisa é o quanto as experiências das crianças em contexto nos mobilizam a pensar as cidades que se forjam cotidianamente: os bloqueios e as possibilidades de viver a infância em situações diárias tão complexas e desafiadoras; a transitoriedade de fronteiras antes percebidas e enrijecidas; o enfrentamento das tramas costumeiras da violência e das pelejas da vida; o modo como redefinem formas de habitar em um urbano atravessado por circuitos perversos da desigualdade e de injustiça; o modo como formulam expectativas, opiniões e ressignificam o lugar onde moram e estudam; o modo como criam e situam “[...] os deslocamentos e bifurcações de uma experiência social que vai se fazendo em um outro diagrama de relações e referências que redefinem espaços e territórios” (Telles, 2010: 117).

Penso que seja o caso de insistir que o jogo de referências que as crianças trazem em suas andanças pela cidade, pelas ruas, pelos becos e vielas seja a fonte inspiradora a nos ensinar aquilo que muitas vezes não desejamos sabê-lo: que por meio das crianças aprendemos a cidade e por meio daquilo que elas nos revelam em suas práticas e relações sociais tecidas cotidianamente podemos fazer eclodir uma cidade que deixe de acolher as crianças e suas infâncias em função de “[...] certos atributos que os princípios democráticos condenam, pelo menos eticamente: a cor da pele, seu

grupo étnico de origem, o gênero, a região ou o bairro onde moram, a profissão do pai ou da mãe, seus salários (ou a falta deles), etc” (Gentili, 2009: 1069). A cidade, os bairros, as ruas, as escolas, não são realidades autoevidentes. Não estaria por meio das culturas infantis a possibilidade de construir uma epistemologia da e sobre a cidade sem os enquadramentos teóricos tão hegemônicos de análise? É nesta linha de problematização que podemos afirmar o quanto devemos aprender sobre a cidade por meio das crianças e de suas infâncias.

Assim, pensar uma outra epistemologia em companhia das crianças, requer o enfrentamento de um saber citadino cujas imagens e representações das crianças e de suas infâncias na cidade, deixam de serem situadas como algo desprovido de importância, um contraponto às hostilizações contidas nos discursos hegemônicos sobre planejamento urbano, arquitetura urbana, políticas públicas, etc., desafiando o legado simbólico e material da “cidade tentacular” e suas premissas em torno de um discurso racional, cientificista, moderno. “Na cidade racionalista [...] triunfa a linha reta” (Mattos, 1994: 45). Contudo, nesta cidade traçada pelo olhar cientificista, outras linhas podem ser evocadas, fazendo espriar, por meios das experiências das crianças na e com a cidade, outras formas de interpretação e problematização.

7. Referências bibliográficas

- Arendt, H. (2012). *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Atkinson, P. (1990). *The ethnographic imagination: textual constructions of reality*. London: Routledge.
- Caderno de Campo. Anotações da pesquisadora. Ilha das Caieiras, 2018.
- Caderno de Campo. Anotações da pesquisadora. Ilha das Caieiras, 2019.
- Calvino, I. (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Cardoso, S. (1988). *O olhar viajante (do etnólogo)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Castro, L.R. (2004). *A aventura urbana: crianças e jovens no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 letras.
- Corrêa, F.R., Vasconcelos, F.N. (2018). Pescadores artesanais e comunidade tradicional da Ilha das Caieiras/Vitória em perspectiva histórica. Em M.V. Blanc, F.N. Vasconcelos (Eds.). *Reflexões sobre o urbano no Espírito Santo: do público ao político e algumas representações sociais* (pp. 41-76). Vitória: Editora Milfontes.
- Corsaro, W.A. (2011). *Sociologia da infância*. Porto Alegre: Artmed.
- Eckert, C., Rocha, A.L.C. (2003). Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. *Revista Iluminuras*, Porto Alegre, 4 (7), 01-22. Recuperado de <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9160> doi: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.9160>
- Fortuna, C. (2018). Caminhar urbano e vivências imprevistas. *Revista Brasileira de Sociologia*, 06 (13), 136-154. Recuperado de <https://rbs.sbsociologia.com.br/index.php/rbs/article/view/393/234> doi: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.262>
- Fortuna, C. (2019). Urbanidades invisíveis. *Tempo Social*, São Paulo, 31(1), 135-151. Recuperado de <https://studogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/86960/1/Urbanidades%20invisiveis.pdf> doi: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151257>
- Gentili, P. (2009). O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. *Educ.Soc.*, Campinas, 30 (109), 1059-1079. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/es/a/7CLbgjQSMbW6hX7T9wbQ4mn/> doi: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>
- Graue, M. E., Walsh, D. J. (2003). *Investigação interpretativa com crianças: teorias, métodos e ética*. Lisboa: Fundação Calouste Guibenkian.
- Kowarick, L. (2000). *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed 34.
- Martins, J.S. (1996). *(Des)figurações: a vida cotidiana no imaginário onírico da metrópole*. São Paulo: Hucitec Editora.
- Mattos, O. (1994). O direito à paisagem. Em R. M. Pechman (Eds.). *Olhares sobre a cidade* (pp. 43-59). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Mattos, O. (2009). Walter Benjamin: polis grega, metrópolis modernas. Em S.J. Souza, S. Kramer (Eds.). *Política, cidade e educação: itinerários de Walter Benjamin* (pp. 85-94). Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio.
- Ribeiro, L.C.Q. (1994). Urbanismo: olhando a cidade, agindo na sociedade. Em R. M. Pechman (Eds.). *Olhares sobre a cidade* (pp. 105-120). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Sarmento, M. J. (2003). O estudo de caso etnográfico em educação. Em N. Zago, M. P. Carvalho, R.A.T., Vilela (Eds.). *Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação* (pp. 137-179). Rio de Janeiro: Lamparina.
- Sennett, R. (2014). *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Sevcenko, N. (1994). *Metrópole: matriz da lírica moderna*. Em R.M. Pechman (Eds.). *Olhares sobre a cidade* (pp. 61-71). Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Silva, M.N. (2006). *Nem para todos é a cidade: segregação urbana e racial em São Paulo*. Brasília: Fundação Cultural Palmares.
- Souza, S. J., Castro, L. R. (2008). Pesquisando com crianças: subjetividade infantil, dialogismo e gênero discursivo. Em S.H.V. Cruz (Eds.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas* (pp. 52-78). São Paulo: Cortez.
- Telles, V.S. (2001). *Pobreza e cidadania*. São Paulo: Ed. 34.
- Telles, V.S. (2010). *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Fino Traço.
- Vainer, C.B. (2007). Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. Em O. Arantes, C. Vainer, E. Maricato. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (p. 75-103). Petrópolis: Vozes.